



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
11ª andar

ATA Nº 4159242/2018

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Evento:	3ª Audiência Pública do Orçamento-Programa Participativo (iNovaJusp)	
Data:	10/10/2018	
Horário:	14h00	
Local:	Auditório do Juizado Especial Federal de São Paulo	
Componentes da Mesa	Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni	Juíza Federal Diretora do Foro
	Décio Gabriel Gimenez	Juiz Federal Vice Diretor do Foro
	Maria Helena de Almeida Santos	Diretora da Secretaria Administrativa
Processo:	0027100-31.2018.4.03.8001	

ASSUNTOS DEBATIDOS

ABERTURA	<p>Dra. Luciana deu início à Audiência Pública informando que o objetivo era ouvir todos os atores que participam da construção do serviço judiciário acerca das nossas necessidades e possíveis soluções de forma a aperfeiçoar o nosso trabalho e termos uma justiça efetiva, rápida, célere e com perfeição, esclarecendo que a audiência integra uma fase do Orçamento Participativo da Justiça Federal.</p> <p>Registrou e agradeceu a presença dos representantes das instituições Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE, Associação dos Advogados de São Paulo - AASP, Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de São Paulo - OAB/SP e Procuradoria da Fazenda Nacional na 3ª Região, e mencionou a participação de inscitos para manifestação.</p> <p>Foi exibido um vídeo acerca do funcionamento do Orçamento-Programa Participativo - OPP disponível na página <i>Inovajusp</i> da <i>intranet SJSP</i>.</p> <p>Após, Dra. Luciana agradeceu aos componentes da Mesa Diretora: Dr. Décio Gabriel Gimenez, Vice-Diretor do Foro, e Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Secretaria Administrativa da Diretoria do Foro, e registrou ainda a presença de Cláudia Vilapiano Teodoro, Diretora Executiva do SINTRAJUD.</p> <p>Pontuou que o OPP tornou-se mais relevante a partir de 2016 com a edição da Emenda Constitucional nº 95 em que houve um corte drástico do orçamento do setor público e que particularmente o impacto na Justiça</p>
-----------------	--

Federal de São Paulo foi da ordem de 30% (trinta por cento) de corte. Que ao longo desses 3 (três) anos estamos buscando economizar com os gastos em termos de custos básicos de funcionamento dos fóruns, e exemplificou com os gastos com energia, em que houve economia de cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) de reais e de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) reais no caso de água e esgoto. Lembrou ainda que houve a necessidade de dispensa de funcionários terceirizados, quase 2.000 (dois mil) postos, e que estamos trabalhando no limite de nossas possibilidades.

Foi dito também que estamos buscando alternativas para melhorar a prestação de nosso serviço e que para isso temos um Laboratório de Inovação que desenvolve projetos para a resolução de problemas complexos. Que estamos também realizando um grande trabalho de revisão de nossos fluxos de trabalho. Lembrou que temos em andamento o Projeto de Energia Fotovoltaica que trará ainda mais economia e que o maior projeto em desenvolvimento é o de buscar meios para diminuir os aluguéis dos prédios locados para fóruns desta Seção Judiciária.

Passou a palavra ao Dr. Décio que agradeceu a presença de todos e asseverou que as restrições orçamentárias são uma realidade de todo o Poder Público e que melhorar a gestão é o único caminho possível a ser enfrentado e buscado com transparência, participação e eficiência na alocação de recursos. Disse também que estamos numa fase de transição do modelo de suporte em papel para o processo eletrônico. Esse momento de transição implica numa necessária revisão do nosso modelo organizacional e a Justiça Federal de São Paulo está trabalhando no sentido de buscar um novo modelo de organização de nossas estruturas com a construção de uma rede colaborativa de forma a equalizar a carga de trabalho e o funcionamento da Justiça em todos os pontos do Estado. Que em breve teremos uma proposta mais definida construída com a participação e o diálogo com as demais subseções judiciárias, bem como instituições envolvidas. Ao lado disso estamos trabalhando num programa de modernização de gestão de dados e disponibilização de informações, coordenado pelo Dr. Caio Moysés de Lima, que permitirá dar maior transparência e disponibilidade para todos os gestores da Seção Judiciária. Pontuou que todas essas medidas ajudarão a manter a prestação jurisdicional nesta seccional sempre com o padrão de excelência esperado.

DEBATES

Dra. Luciana então passou a palavra ao Presidente da AJUFE, Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes, que sinalizou o apoio à iniciativa de busca pela transparência e que a preocupação da AJUFE coaduna-se com a da Justiça Federal no sentido de adaptação à realidade de um novo modelo de gestão. Asseverou que a AJUFE tem participado dessa pauta e que essa Audiência Pública simboliza exatamente a concretização dessa nova mentalidade e forma de gerir os recursos públicos e que, portanto, sua presença era mais para ouvi-los e apoiar os trabalhos.

Em seguida, Dr. Antônio Carlos de Almeida Amêndola, Conselheiro da AASP, foi convidado a se manifestar, o qual pontuou que aquela era a primeira participação de sua instituição, e portanto estava ali na qualidade de ouvinte pois não tiveram a oportunidade de se organizar para colher depoimentos dos associados a fim de poder fazer colocações na audiência, entretanto, gostaria de indagar acerca dos investimentos tecnológicos e internos realizados no que toca ao grau de transparência no acompanhamento do tempo de cada atividade jurisdicional, questionando se há esse tipo de informação e monitoramento.

Dra. Luciana agradeceu o questionamento asseverando que a questão da tecnologia é agenda do momento dado o seu importante papel na celeridade dos processos e transparência de dados. Esclareceu que existe a gestão

administrativa e a gestão voltada para a área judicial. Do ponto de vista administrativo, o trabalho vem sendo realizado dentro da gestão estratégica do órgão, lembrando que já foram mapeados 100% (cem por cento) dos fluxos de trabalho da área administrativa de nossa Justiça Federal. Que estamos na era do conhecimento e da inovação e nesse momento já adentramos na fase de revisão desses fluxos. Quase sempre precisamos de algum desenvolvimento tecnológico para trabalhar mas que não necessariamente precisa ser um sistema, e sim, alguma outra ferramenta, como por exemplo *DBi (data business intelligence)*. Que o Dr. Caio Móyses está a frente desse trabalho, juntamente com uma comissão criada com a expertise necessária para organização dos dados e desenvolvimento de ferramentas para disponibilização dessas informações. Em breve teremos um *dashboard* por subseção contendo dados como custos com aluguel, número de servidores, número de processos, etc, de forma a dar transparência e melhorar a gestão.

Quanto à tecnologia voltada para os processos judiciais disse que o investimento com relação ao PJe é grande na 3ª Região. Que o sistema vem sendo aprimorado de forma colaborativa e está em evolução. Que antes não existia estatística, entretanto a plataforma já está fornecendo alguns elementos e vem continuamente sendo aperfeiçoada.

Dr. Décio fez um aparte explicando que não cabe à Diretoria do Foro fazer esse controle do tempo do processo nas varas, sendo essa uma atribuição da Corregedoria Regional da 3ª Região. No que toca à Diretoria do Foro, pontuou que o investimento na reformulação da gestão com a formação de uma rede de processamento vai permitir melhor organização e disponibilização de diversos dados, não só processuais, mas também uma infinidade de outros, permitindo assim maior transparência.

Dra. Luciana solicitou que a demanda da AASP fosse registrada em Ata para posterior encaminhamento ao nosso E.Tribunal.

Passou a palavra ao Dr. Renato Gimenez Mariano, Coordenador Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região. Dr. Renato agradeceu o convite pela participação, elogiando Pje, porém demonstrando preocupação com a necessidade de aprimoramento da ferramenta. Pediu o máximo de investimento possível do orçamento para ser disponibilizado à área de tecnologia.

Dr. Décio lembrou da assunção do papel de coordenador da Rede de Governança da Justiça pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e que as instituições têm um papel importante de cobrar do CNJ, como coordenador dessa rede, inclusive no que toca a uma maior alocação de recursos de orçamento para viabilizar o desenvolvimento do sistema no menor prazo possível.

Dra. Luciana pontuou que a tecnologia traz mudanças drásticas na forma de se relacionar dentro do trabalho e que já estamos preocupados com isso. Aduziu que já vem sendo elaborados estudos de revisão de layout visando um trabalho mais colaborativo em formato de *coworking*. Que estamos também desenvolvendo um trabalho para rever nossas competências e preparar os servidores para essas mudanças ao passo em que buscamos identificar todas as questões relacionadas a saúde do trabalhador. A ideia que já vem sendo estudada e aperfeiçoada é que num futuro próximo seja implantado um novo modelo de vara, as *e-varas*.

Foi dada a palavra ao Dr. Humberto Gouveia, advogado representante da OAB/SP. Dr. Humberto corroborou que o caminho a ser seguido é o de investimento em tecnologia, asseverou que os fóruns estão em patamares de desenvolvimento diferentes, destacou que os gastos precisam ser concentrados não só no aprimoramento do sistema, mas também no

treinamento dos usuários, apontou a necessidade de que a interface do sistema seja didática e amistosa de forma que possa ser facilmente utilizada por todos, salientou a necessidade de que o sistema da Justiça seja integrado aos sistemas de outros órgãos, insistiu que a Justiça Federal deveria investir em prédios próprios para seus fóruns e por fim entregou um documento contendo lista de sugestões oriundas de subseções diversas da OAB/SP.

Dra. Luciana disse que todos os serviços entregues pela Justiça tinham foco no usuário, concordou com a necessidade de capacitação dos novos usuários do sistema, lembrou que estamos no meio do caminho entre a migração dos processos físicos para digitais e pediu ajuda aos advogados para digitalização dos processos de forma a acelerar o processo de virtualização do acervo, chamando a atenção para o fato de que para haver integração entre sistemas é necessário dar esse passo de entrada definitiva no universo digital. Disse ainda que todos os aluguéis de prédios da Justiça estão sendo revistos e que já houve do ano de 2016 até o momento uma economia na base de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) de reais com essas revisões, mudanças de endereço, etc. Discorreu acerca das dificuldades enfrentadas com emendas parlamentares para construção de imóveis e com "restos a pagar".

Dr. Décio acrescentou que o nosso Tribunal regulamentou, por meio da Resolução PRES nº 142/2017, a virtualização obrigatória em dois momentos distintos e que este ano, por meio da Resolução PRES nº 200/2018, foi permitida a virtualização voluntária, na qual em qualquer fase do procedimento, quaisquer das partes podem virtualizar o processo, abrindo espaço para uma colaboração entre a Justiça Federal e a advocacia pública e privada de forma a acelerar a tramitação dos feitos. Destacou também que foi providenciado em cada Subseção Judiciária um equipamento à disposição dos advogados para a virtualização voluntária.

Dra. Luciana determinou que fosse colocado em Ata para encaminhamento às áreas técnicas as demandas de elaboração e desenvolvimento de projetos que contemplem a questão de ver o usuário, capacitação no sistema e todas as sugestões contidas no documento compilado pela OAB/SP.

Após, Cláudia Vilapiano, Diretora Executiva do SINTRAJUD, foi convidada a se manifestar. Cláudia agradeceu e afirmou que o SINTRAJUD estará sempre participando e colaborando no que puder, pois as questões que envolvem o orçamento atingem diretamente os servidores da Justiça. Lamentou a realidade de cortes por conta da edição da Emenda Constitucional nº 95, acrescentando que os servidores estão sofrendo com isso dada a falta de reposição dos mesmos nas varas e demais áreas que compõem a nossa Justiça. Afirmou ainda que, além do sistema de virtualização e as mudanças na forma de trabalho, a eficiência na prestação do serviço público depende muito dos servidores que trabalham nela, concluindo que o acompanhamento da qualidade de trabalho e bem estar desses servidores acompanhado do investimento na reposição das vagas em aberto fazem muita diferença no andamento dos processos. Aduziu por fim que essa deve ser uma luta partilhada por todos.

Dra. Luciana concordou que estamos atravessando um momento muito difícil no serviço público especialmente no que toca à questão dos recursos humanos por conta dos limites orçamentários. Explicou que por conta do limite global há uma decisão no sentido de quantas vagas podem ser repostas com impacto e, tendo em vista que recentemente tivemos um grande número de servidores que se aposentaram não há possibilidade de reposição imediata dessas vagas pois geráramos novas despesas com impacto. Que o Conselho de Justiça Federal, considerando os limites

orçamentários, disponibiliza vagas para as cinco regiões e neste ano, até o momento foram disponibilizados apenas 22 (vinte e dois) servidores para a SJSP. Disse ainda que estamos trabalhando com a equipe de gestão de pessoas em projetos que priorizem a qualidade de trabalho e bem estar dos servidores e passou a palavra para a Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, Adriana Piesco de Melo.

Adriana fez um aparte pontuando que já estão realizando reuniões no sentido de elaborarem projetos voltados ao bem estar dos servidores, demanda a qual Dra. Luciana já havia pedido atenção especial. No que concerne ao tema saúde do trabalhador, informou que está em fase de contratação a realização de exames periódicos sendo inicialmente priorizados, na medida do orçamento, servidores com mais de 50 (cinquenta) anos, e a realização de licitação para escolha da empresa de prestação de assistência à saúde de magistrados e servidores. Lembrou a todos que está disponível até o final do mês em nossa *intranet* pesquisa em relação ao teletrabalho para que possamos avaliar os resultados e possíveis melhoras, pedindo a participação dos colegas e gestores.

Em seguida, Dra. Junara Guimarães, em nome das Procuradorias do INSS e Regional Federal, certificou o interesse em acompanhar todas as discussões, pontuando que também estão enfrentando dificuldades por conta dos ajustes financeiros nas instituições, sendo, portanto, necessária uma maior proximidade com a Justiça de forma a trabalharmos em parceria e assim conseguirmos minimizar os custos, observando que hoje representam 70% (setenta por cento) do movimento da Justiça Federal o que é bastante significativo em relação ao orçamento.

Dra. Luciana respondeu ponderando acerca da importância de termos projetos conjuntos para solução de problemas, assim como, de trabalharmos no sentido de compartilhamento de custos com outras instituições, de forma a atingir o objetivo comum de baixar os gastos com o processo. Acentuou que estão abertos ao diálogo e estreitamento de laços para realização de iniciativas conjuntas.

ENCAMINHAMENTOS

Demanda AASP:

1 - Questionamento acerca dos investimentos tecnológicos e internos realizados no que toca ao grau de transparência no acompanhamento do tempo de cada atividade jurisdicional e controle do tempo do processo nas Varas (encaminhamento de ofício ao Tribunal - GADI);

Demandas OAB/SP (doc. SEI 4169217):

1 - Elaboração e desenvolvimento de projetos com foco nos usuários dos serviços fornecidos pela Justiça (SADM e todas as Subsecretarias);

2 - Realização de capacitação dos servidores no Pje (UGEP);

3- Subseção da OAB de Altinópolis: Não há Vara da Justiça Federal no território abrangido por esta Subseção (NUID);

4 - Subseção da OAB de Apiaí: instalação urgente de um posto avançado da Justiça Federal de Apiaí-SP (NUID);

5 - Subseção da OAB de Atibaia:

a) Materiais de segurança para os agentes que fazem a segurança do Fórum (NUSE);

b) Ampliação da velocidade do link de dados (SETI);

c) Manutenção do sistema de CFTV da Subseção com uma melhor segurança ao prédio (NUSE);

6 - Subseção da OAB de Bragança Paulista: contratação de analista judiciário - especialidade contabilidade para atuação na Seção de Cálculos Judiciais (UGEP);

7 - Subseção da OAB de Guararapes: não há Vara da Justiça Federal no território abrangido por esta Subseção (NUID);

8 - Subseção da OAB de Guarulhos:

a) Mais Juizes Auxiliares para os Juizes Federais (Encaminhamento de ofício ao Tribunal - GADI);

b) Contratação de Contadores Judiciais (UGEP);

c) Criação de uma Central de Custódia e Mandados (NUID);

9 - Subseção da OAB de Ipiranga: não há Vara da Justiça Federal no território abrangido por esta Subseção (NUID);

10 - Subseção da OAB de Itapevi: sugere a implantação de mais Varas Federais na cidade de Barueri (NUID);

11 - Subseção da OAB de Jacareí: apontou exclusivamente sobre demora nos despachos na Região de São José dos Campos (Juiz Diretor da Subseção/NUAR de São José dos Campos);

12 - Subseção da OAB de Mauá:

a) Muita burocracia para os advogados entrarem no prédio, portas com detector de metal (NUSE);

b) No atendimento do balcão o servidor exige que seja impresso o número do processo no terminal ao lado, atitude desnecessária (Juiz Federal Diretor da Subseção/NUAR de Mauá);

c) O prédio está um pouco distante do centro da cidade dificultando o acesso das partes e dos advogados. Sugere reunião com a prefeitura para doação ou cessão de alguma área próxima ao fórum estadual cível para construção de prédio da Justiça Federal e Justiça do Trabalho (NUIN);

13 - Subseção da OAB de Monte Azul Paulista: não possui sugestões de aprimoramento para os serviços que compõem o orçamento da Justiça Federal;

14 - Subseção da OAB de Registro: sugere a construção de prédio próprio da Justiça Federal, com acessibilidade, a fim de dar dignidade aos jurisdicionados e aos operadores de Direito que atuam naquela Justiça (NUIN);

15 - Subseção da OAB de Paulo de Faria: não há Vara da Justiça Federal no território abrangido por esta Subseção (NUID);

16 - Subseção da OAB de Pindamonhangaba: não há Vara da Justiça Federal no território abrangido por esta Subseção (NUID);

17 - Subseção da OAB de São José do Rio Pardo: não há Vara da Justiça Federal no território abrangido por esta Subseção (NUID);

18 - Subseção da OAB de Suzano: A Justiça Federal que atende a cidade, seja o fórum ou o JEF de Mogi das Cruzes, solicita mais funcionários e juizes auxiliares (UGEP);

Demanda encaminhada via formulário pelo servidor Pedro Luís Silveira de Castro Silva:

1) Sugere que nos plantões de fim de semana somente façam plantão presencial os servidores da subseção plantonista (NUID).

ENCERRAMENTO

Maria Helena, Diretora da Secretaria Administrativa, agradeceu a presença e

empenho de todos, se colocando à disposição caso algo seja necessário.

Dra. Luciana agradeceu a participação e presença de todos e informou que estão abertos ao diálogo para que possamos resolver os nossos problemas e prestarmos juntos um bom serviço. Reiterou que todas as questões colocadas durante a audiência terão o devido encaminhamento para resposta, dando por encerrada a audiência pública.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, Juíza Federal Diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 19/10/2018, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4159242** e o código CRC **4503BC1F**.